



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004693-56.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**  
 Requerente: **Elizeo Alves Santana**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação do réu a pagar-lhe a importância de R\$ 1.800,00.

A pretensão deduzida não merece acolhimento.

Com efeito, o próprio autor esclareceu a fl. 01 que emitiu um cheque no valor de R\$ 200,00, mas o réu por equívoco debitou em sua conta a quantia de R\$ 2.000,00.

Não obstante, ele também reconheceu que ao alertar o réu o que havia sucedido ele lhe restituiu R\$ 2.000,00 e estornou R\$ 1.800,00, de sorte que com isso a situação foi regularizada.

O problema surgiu quando o autor, por ter sofrido um "assalto" e porque a empresa em que trabalhava passava por problemas econômicos, utilizou a soma que o réu lhe restituiu, ressaltando que não dispunha então de numerário para devolver o remanescente de R\$ 1.800,00 e que o faria futuramente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isso denota que o autor se apropriou indevidamente de importância que sabidamente não lhe pertencia, de modo que não faz jus ao ressarcimento de R\$ 1.800,00 que o réu na sequência bloqueou de sua conta.

Nada justificaria o recebimento desse valor que não era – e nunca foi – do réu, pouco importando que o todo o episódio se tivesse iniciado em lapso do réu, posteriormente sanado.

A conjugação desses elementos basta à rejeição da postulação exordial, transparecendo descabida a reparação pleiteada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação , mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**